

Encruzilhada fiscal: arrecadação perde força e acende luz amarela para União, Estados e municípios

Movimento vai na contramão da necessidade do governo Lula de aumentar a receita e zerar o déficit em 2024; com o avanço da pauta municipalista, governadores também se movimentam e marcam reunião com Haddad



Por Adriana Fernandes, Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbe

15/09/2023 | 09h30

Publicidade

Notícias relacionadas



 4 min de leitura

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos desacelerou nos últimos dois meses e acendeu a luz amarela para o governo federal, Estados e municípios. O problema é maior para as contas do governo Lula, que, além de sofrer com a queda da arrecadação, está sendo pressionado pelo Congresso a socorrer os prefeitos, em ano pré-eleitoral, [com um aporte extra ao Fundo de Participação dos Municípios \(FPM\)](#).

Governadores cobram o mesmo tratamento e [já conseguiram articular na Câmara um reforço ao Fundo de Participação dos Estados \(FPE\)](#), que amargou queda de mais de 30% na primeira parcela de setembro. Os dados foram compilados pela Febrafite, associação que reúne os fiscais estaduais, e serão levados ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em uma reunião marcada pelos governadores para o próximo dia 25.

Segundo apurou o **Estadão**, a Receita Federal identificou uma queda forte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), pago por grandes empresas. Não há até o momento um diagnóstico claro das razões que levaram essas companhias a pagar menos tributo do que o governo esperava.

Em julho, o IRPJ caiu 16,44% (descontada a inflação) em relação ao mesmo período do ano passado. Já no acumulado do ano, até julho, a queda é de 5,69%.

A redução do IRPJ tem impacto direto no caixa dos Estados e municípios, porque a arrecadação do tributo é dividida com os governos regionais. A expectativa é de que, até o final de setembro, a origem do problema esteja mapeada para ser apresentada nos dados da arrecadação de agosto.

O tema é sensível porque vai na contramão da necessidade do governo de elevar a receita e zerar o déficit público em 2024. Para alcançar o objetivo, o ministro Fernando Haddad tenta colocar de pé um **pacote de medidas arrecadatórias** - sendo que a maior parte delas é vinculada, exatamente, ao Imposto de Renda.

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Vilma Pinto, aponta que tem havido uma desaceleração importante em diversos itens de receita, mas que a queda tem sido mais forte no IRPJ e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para ela, é difícil saber, no momento, até que ponto esse é um movimento de antecipação em resposta aos rumores sobre mudanças na tributação da renda ou efeito conjuntural.

E não é só o movimento do IRPJ que preocupa. A queda real de 13% de janeiro a julho do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - tributo que também é partilhado e passou por um processo de diminuição linear das alíquotas no governo Bolsonaro - também está diminuindo o dinheiro no caixa dos governos regionais.



A conta chegou

Rodrigo Spada, presidente da Febrafite, sobre a queda do ICMS e as decisões recentes do Congresso

Já o ICMS - principal fonte de receitas dos Estados - levou um tombo de 9,76% de janeiro a junho deste ano, segundo números da Febrafite. “Os dados mostram uma situação muito preocupante, porque o ICMS representa 85% da arrecadação estadual”, afirma Rodrigo Spada, presidente da associação dos fiscais estaduais.

Ele ressaltou que “a conta chegou” após a decisão do Congresso de aprovar no ano passado duas leis (192 e 194) com desoneração permanente do tributo.

“O aumento da arrecadação era conjuntural, mas fizeram um corte estrutural (*no ICMS*), sem prever uma nova fonte de compensação”, reforça André Horta, diretor do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Veja também

Economistas avaliam que despesas do INSS estão subestimadas em até R\$ 20 bi

FGV: desafio fiscal no Brasil é grande

Elena Landau: Copo meio cheio ou meio vazio na condução econômica?

Para a secretária de Fazenda de Alagoas, Renata dos Santos, as leis 192 e 194 foram um grande golpe em todos os Estados, e apenas 13 fizeram uma “reforma tributária” para ter a recomposição do ICMS com o aumento da alíquota.

“A nossa principal preocupação é a falta de previsibilidade para frente”, diz. No caso de Alagoas, metade da receita é proveniente de transferências, principalmente do FPE. “As despesas já estão contratadas”, afirma a secretária.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir com os governadores no próximo dia 25. Foto: WILTON JUNIOR

O secretário de Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, também está preocupado com a queda, que afeta todos os Estados, e relata que conversou com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, sobre o problema.

Em meio à pressão, a **Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quinta-feira uma antecipação de R\$ 10 bilhões a prefeitos e governadores**, referente à compensação pelo corte no ICMS no ano passado. Os parlamentares também determinaram que a União faça repasses extras de R\$ 2,3 bilhões ao FPM e de R\$ 1,6 bilhão ao FPE.

Mas os Estados querem mais e se preparam para a reunião com Haddad no fim deste mês. Os prefeitos também trabalham com a perspectiva de medidas adicionais, como um parcelamento de dívidas da Previdência, com retirada de juros e multas, em uma espécie de “Refis” - o que já foi sinalizado pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa.